

# INFORME SOBRE POLÍTICAS

Setembro 2007

## Promovendo o Desenvolvimento dos Mercados de Insumos Agrícolas em Moçambique

Por

Emílio Tostão

Moçambique precisa de adoptar políticas mais direccionadas para encorajar o desenvolvimento de mercados de insumos agrícolas mais efectivos. Este estudo faz cinco recomendações para alcançar este objectivo. As experiências de outros países e a experiência limitada de Moçambique sugerem que os cupões de insumos agrícolas podem ser uma ferramenta importante no desenvolvimento de mercados de insumos agrícolas em Moçambique.

### Contexto

A pobreza e a insegurança alimentar prevalecem em Moçambique, apesar das reformas dos mercados que resultaram na liberalização dos mercados agrícolas. Investimentos nos insumos comercializáveis, tais como sementes comerciais de alto rendimento, são essenciais para a obtenção de alta produção agrícola e maior renda agrícola. É muito importante investir nas sementes pois elas determinam a máxima produção agrícola que pode ser obtida. No entanto, investimento no sistema de sementes é muito limitado em Moçambique. Recentemente, cupões e feiras agrícolas têm sido usadas com duplo objectivo de providenciar sementes para os produtores atingidos por desastres naturais e estimular o desenvolvimento de mercados de sementes. Contudo, mesmo com cupões de sementes, a procura efectiva de sementes comerciais pelos produtores continua baixa em Moçambique.

A baixa procura de sementes comerciais pelos

produtores faz com que o investimento no sector de sementes não seja lucrativo.

### Resultados da pesquisa

Este estudo usa dados secundários de um censo agrícola representativo, para determinar a probabilidade de um pequeno agricultor comprar sementes de milho num mercado com sementes de programas de emergência e sementes comerciais. Os resultados sumarizados na tabela 1 mostram que a probabilidade dos pequenos agricultores comprarem sementes de milho continua muito baixa, especialmente no norte (0.12 - 0.22) e centro de Moçambique (0.19-0.38). O agricultor que recebe semente de emergência tem uma chance muito baixa de comprar sementes no mercado comparativamente ao agricultor que não recebe semente de emergência. Estes resultados são consistentes com a opinião de que *a distribuição continua de sementes de emergência pode impedir o desenvolvimento de mercados de sementes nas*

Existe uma crescente bibliografia internacional e regional que analisa experiências com senhas ou cupões de insumos agrícolas. Tais cupões tem varias vantagens. Primeiro, eles permitem visar os agricultores pobres e aumentar-lhes o poder de compra de insumos agrícolas necessários para o aumento da produção. Segundo, porque os cupões são trocados através de agro-negociantes privados, eles contribuem para o fortalecimento dos mercados de insumos agrícolas comerciais nas zonas rurais. Moçambique possui uma experiência limitada mas essencialmente positiva com os cupões trocados nas feiras de sementes. Alguns países tais como o Malawi foram mais adiante e usam cupões como o mecanismo principal para direccionar os subsídios em fertilizantes e sementes.

**Tabela 1. A probabilidade dos produtores comprarem sementes de milho e o efeito marginal da semente de emergência na probabilidade dos produtores comprarem semente de milho por província**

| Província | Probabilidade de comprarem sementes | Efeito marginal da semente de emergência na probabilidade dos produtores de comprarem semente |
|-----------|-------------------------------------|---|
| Niassa    | 0.124                               | -   |
| Cabo      | 0.209                               | 0.055   |
| Delgado   |                                     |   |
| Nampula   | 0.216                               | -0.044  |
| Zambezia  | 0.190                               | -0.126  |
| Tete      | 0.380                               | -0.083  |
| Manica    | 0.235                               | -0.051  |
| Sofala    | 0.382                               | -0.192  |
| Inhambane | 0.568                               | -0.211  |
| Gaza      | 0.583                               | -0.032  |
| Maputo    | 0.578                               | -0.224  |

*Fonte: Tostão 2007*

### Recomendações de políticas

Baseado nos resultados do estudo quantitativo e na experiência internacional, cinco recomendações são oferecidas aos fazedores de políticas.

*Primeiro, os fazedores de políticas devem definir claramente o significado de "emergência" e os objectivos dos programas de emergência de sementes.* O sistema de cupões e feiras apresenta um elevado potencial para realizar tanto o objectivo de desenvolvimento de mercado de sementes como o objectivo de ajuda em sementes,

mas primeiro é necessário definir claramente o significado de "emergência," o objectivo do programa de emergência, e indicar claramente o grupo alvo. De outra maneira, os programas de emergência podem continuar a impedir o desenvolvimento de mercados de sementes comerciais, por manter baixa a procura de sementes comerciais.

*Segundo, recomenda-se que o governo faça uma revisão do processo de certificação e obrigue o cumprimento dos padrões de qualidade de semente.* Actualmente, a produção de excedentes de milho e a participação em mercados de venda de milho

não parecem relacionados com o uso de sementes comerciais. Isto levanta questões acerca da qualidade das sementes vendidas pelo sector comercial e a qualidade de inspecção da agência responsável, o *Serviço Nacional de Sementes*. Se a qualidade prometida não for obtida, então a procura para sementes comerciais irá provavelmente manter-se baixa devido a frustração dos agricultores com as sementes do sector formal.

*Terceiro, estratégias para desenvolver o mercado de sementes comerciais devem visar produtores mais jovens, e criar incentivos para o investimento privado no desenvolvimento de mercados.* Participação em mercados de sementes está relacionada com as características dos produtores tais como idade, e acesso a mercados de insumos complementares. A longo prazo, as medidas para estimular o desenvolvimento de mercados de insumos e de produtos agrícolas incluem investimentos públicos contínuos em estradas e a simplificação e obrigatoriedade dos padrões de qualidade. A curto prazo, incentivos tais como redução nos impostos sobre o rendimento e/ou subsídios de combustíveis poderiam ser considerados para empresas agrícolas e pequenos negócios, ou produtores agrícolas trabalhando em áreas rurais onde os custos de transporte são altos.

*Quarto, para que as políticas agrícolas suportem as vantagens comparativas regionais e a especialização de forma efectiva, elas devem considerar cuidadosamente constrangimentos espaciais que definem vantagens regionais.* A abordagem usual de “uma medida serve para todos” poderá não funcionar em Moçambique.

Por outras palavras, geografia é importante. Por exemplo, os resultados mostram que a idade é importante na decisão de comprar sementes de milho, e os produtores mais jovens estão concentrados no centro e norte de Moçambique.

Finalmente, recomendamos que o governo avalie as experiências de outros países no uso de cupões de insumos agrícolas como um mecanismo para suportar a participação dos pequenos agricultores nos mercados comerciais, e com base nessa avaliação, considere a realização de programas pilotos em colaboração com parceiros privados e não governamentais em Moçambique.

*Emílio Tostão ([emilio.tostao@uem.mz](mailto:emilio.tostao@uem.mz)) é docente na Secção de Economia Agrária, Departamento de Produção e Protecção Vegetal, Universidade Eduardo Mondlane. As áreas de investigação do seu interesse incluem mercados agrários, economia dos recursos naturais e organização industrial.*

## Referências

Longley, C. Dominguez, e M. Divji. 2005. Agricultural Input Trade Fairs and Vouchers in Mozambique: Experience and Lessons Learned. ICRISAT/ODI working paper. Disponível no [http://www.icrisat.org/Publications/EBooksOnlinePublications/Publications-2005/LongleyvoucherreportMozambique\(Ajay\).pdf](http://www.icrisat.org/Publications/EBooksOnlinePublications/Publications-2005/LongleyvoucherreportMozambique(Ajay).pdf), Acessado aos 13 de Abril de 2007.

Kachule, R.N., e Chilongo, T.M. S. (2007b). Potential of input vouchers as a mechanism for integrating the non-commercial and commercial input markets: The case of Malawi. Final Report. FANRPAN, Outubro 2007. Disponível no <http://www.fanrpan.org/documents/d00358/papers.php>.

Mangisoni, H.J., R. Kachule, T. Kalinda, T. Chilongo, M. Simfukwe e E. Tostão. (2007). Input Voucher Study in Malawi, Mozambique and Zambia. Final Synthesis Report, FANRPAN, Novembro 2007.

Tostão, E. 2007. Why is the Development of Agricultural Input Markets Sluggish in Mozambique? Paper Presented at the "FANRPAN Stakeholders Regional Policy Dialogue and Annual General Meeting section on Input Vouchers, 4-7 Setembro 2007, Lusaka, Zambia. Draft FANRPAN discussion paper. Disponível no <http://www.fanrpan.org/documents/d00358/papers.php>.



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

*O trabalho aqui reportado foi tornado possível através do suporte providenciado pelo Centro Regional para África Austral, Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), sob os termos do Acordo de Cooperação nº 690-A-00-05-00185-00. As opiniões expressas nesta publicação são do autor e não reflectem necessariamente as visões da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID).*

The Food, Agriculture and Natural Resources Policy Analysis Network (FANRPAN) is an autonomous regional stakeholder driven policy research, analysis and implementation network that was formally established in Southern African Development Community (SADC) in 1997. FANRPAN was borne out of the need by SADC governments who felt that comprehensive policies and strategies were required to resuscitate agriculture. FANRPAN is mandated to work in all SADC countries and currently has activities in 12 SADC countries namely Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Mauritius, Mozambique, Namibia, South Africa, Swaziland, Tanzania, Zambia and Zimbabwe.

#### Regional Secretariat:

141 Cresswell Road, Weavind Park 0184, Private Bag X813, Silverton 014, Pretoria, South Africa  
Telephone: +27 12 845 9100, Facsimile: +27 12 845 9110,  
E-mail: [policy@fanrpan.org](mailto:policy@fanrpan.org), Website: [www.fanrpan.org](http://www.fanrpan.org)